

Vitimização Policial: Os desafios no cuidado da Saúde Mental

Kizzy Rafaella Leandro de Lima Lopes^a, Ana Priscila Barroso Araújo^{b*}.

^a Bacharelado em Psicologia, Faculdade Uninta Itapipoca. Av. Anastácio Braga, 4888 – Encruzilhada, Itapipoca - CE.

^b Docente do curso de Psicologia, Faculdade Uninta Itapipoca. Av. Anastácio Braga, 4888 – Encruzilhada, Itapipoca - CE.

^{a*} **Autor correspondente:** Ana Priscila Barroso Araújo, Mestrado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza, Av. Anastácio Braga, 4888 – Encruzilhada, Itapipoca – CE. (88) 2137-0279; anaprisila.barrosoaraujo@uninta.edu.br.

Data de submissão: 01-05-2022

Data de aceite: 09-07-2022

Data de publicação: 27-07-2022



10.51161/editoraime/105/55



RESUMO

Introdução: O grupo populacional de agentes de segurança pública cearense conta com um efetivo de 21.900 membros, distribuídos entre a capital e o interior do estado. Estes homens e mulheres arriscam suas vidas todos os dias para manter a segurança dos bens privados e públicos, sob qualquer adversidade, destinando-se a exercer atividade intensiva e ostensiva. Como uma atividade que compõe o grupo de serviços essenciais à população, a necessidade de atuação policial ultrapassa calamidades, horários, pandemias, entre outras adversidades humanas. **Objetivo:** Percebendo inúmeros desafios do cotidiano deste grupo de profissionais, o presente artigo destina-se a compreender os fatores de risco da profissão do policial militar no campo de adoecimento tanto físico quanto mental. **Metodologia:** Para alcançar esse objetivo, utilizamos fontes bibliográficas majoritariamente brasileiras e de cunho qualitativo e quantitativo que tratavam da temática geral do trabalho. Selecionamos artigos, dissertações, monografias e documentos oficiais, sendo realizada uma análise dos números de mortalidade policial entre os anos de 2015 até 2021 que apontaram para índices atualizados referentes ao suicídio entre os policiais. **Resultados:** As pesquisas indicaram que o manejo laboral oportunizado a estes agentes tem se mostrado difíceis para qualquer pessoa vivenciar, e que o modelo hierárquico da corporação pode estar levando estes profissionais ao alto nível de estresse e a possíveis situações de abuso de autoridade. **Conclusão:** Consequentemente, constatou-se uma corporação com condutas sendo constantemente questionadas pela população, alto índice de adoecimento mental e um crescimento no número de mortalidade por autoextermínio.

Palavras-Chave: Suicídio; Policial; Corporação.

1 INTRODUÇÃO

Para fins de elaborar o perfil laboral dos agentes de segurança pública é necessário que conheçamos como se dá a organização e o processo de gestão do órgão dentro do território nacional. A população brasileira é estimada em 190.755.799, conforme o censo demográfico realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em contrapartida, a população de agentes de segurança pública é de 425.248, nos quais estes números chamam a atenção para a defasagem populacional na instituição, apresentando em média, um policial a cada 473 habitantes.

Essa lacuna na quantidade de agentes, repercute no modo como é compreendido o serviço de segurança pública do país, que desde a sua criação funciona com a mesma base organizacional. O modelo de segurança pública brasileira segue as mesmas métricas que o modelo francês que chegou ao Brasil no período colonial e embora já tenham se passados tantos anos de mudanças socioculturais, este não sofreu alteração significativa (HOLANDA, 1987).

Nos dias atuais, o ingresso nas forças policiais, se dá a partir de concurso público, que exige conhecimentos gerais e específicos, prova de resistência física, estado mental considerado sadio e ter uma conduta ética e moral sem máculas atreladas a sua história pregressa (THADEU; FERREIRA; FAIAD, 2012). Uma importante etapa do processo seletivo fica a cargo dos profissionais da psicologia que se dispõem neste momento a identificar, por meio da avaliação psicológica, os indivíduos com maior probabilidade de ter êxito na carreira militar. Fazendo deste, durante muitos anos, o único contato com o profissional de saúde mental.

Também faz parte de sua conduta, um regime de disciplina bem estruturado, da qual cada atitude tem relevância e precisa estar condizente com sua magistratura. Segundo Antunes (2019) as hierarquias de status social proporcionam efeitos nocivos e letais, a partir delas são produzidas distribuições desiguais de reconhecimento, respeito e liberdade e, por conseguinte, fatores psicossociais presentes nas relações de trabalho, como ansiedade, insegurança, isolamento, depressão e ausência de controle, estariam intimamente relacionados a essa questão, pois a posição social de subordinação inviabilizaria a autonomia.

Em contrapartida, esta estrutura militarizada, funciona como um eixo de base, na garantia de que os serviços prestados estão alinhados ao poder do estado e seguirão um padrão de condutas éticas e morais. Monjardet (2003) apresenta uma tese muito pertinente a esse respeito.

(...) abrigado em uma caixinha vermelha fixada na parede de um vagão ou de um ônibus, ele serve para “quebrar o vidro” e libertar-se, em caso de acidente que torne as portas inacessíveis. Como picareta ele ajuda a escalar as montanhas. Sabe-se também que pode permitir rachar uma cabeça. (MONJARDET, 2003, p. 22)

Primando colaborar com a compreensão deste fenômeno, um estudo publicado por Nogueira (2005) apresenta alguns fatores que são apontados como geradores de adoecimento entre militares; a carga horária extensiva, o clima organizacional pesado, falta de colaboração, defasagem salarial, o não reconhecimento entre os colegas da corporação e o excesso de rigidez disciplinar, tem gerado um alto índice de afastamento para tratamento de problemas psíquicos.

Neste sentido a vitimização policial advém de suas atribuições laborais, das relações sociais que exigem dele, uma postura sempre assertiva, tanto internamente, como externamente e da precarização estrutural das forças policiais. As consequências destas relações são observadas a partir dos danos à saúde física e mental destes trabalhadores, que se inclinam ao uso do álcool e outras drogas, adoecimento mental, tentativas de suicídio como fim (SANTOS, 2008).

Diante dos fatos apresentados, é de suma importância compreender os fatores de risco da profissão do policial militar no campo de adoecimento tanto físico quanto mental, no sentido de se debruçar sobre esta adversidade e discorrer a despeito de soluções capazes de contemplar estes sujeitos de modo biopsicossocial.

2 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão narrativa de literatura de caráter descritivo que se destina a compreender os fatores de risco da profissão do policial militar no campo de adoecimento tanto físico quanto mental, realizada por meio de levantamento bibliográfico de pesquisas realizadas por alguns autores sobre a temática. A pergunta norteadora que dera partida a esta pesquisa fora: Que fatores de risco está exposto o policial militar em sua profissão? Quais os impactos na saúde física e mental o policial militar vive em decorrência da sua atividade laboral? Para estas questões, elencamos os descritores, “suicídio policial”, “hierarquia”, “vitimização” e “militarismo” para serem utilizados na busca nas bases de dados. Optamos por fazer uma busca combinada desses descritores, de forma a se ter um escopo mais fechado sobre o tema.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se, entre maio e junho de 2021, uma busca nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Selecionamos estas bases de dados devido ao seu acesso livre, pela facilidade de uso e por possuir um acervo bastante amplo de periódicos e artigos indexados em seu banco de dados.

Os artigos foram identificados pelos títulos, palavras-chave e leitura dos resumos, tendo como critérios de inclusão: artigos publicados em português, artigos na íntegra que retratam a temática e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados a partir de 2015 até 2021.

Foram excluídas as pesquisas que não se apresentavam em língua portuguesa e que

não foram publicadas no Brasil, assim como que não trouxeram reflexão sobre a relação de adoecimento policial com os manejos laborais. No total, foram encontrados 38 artigos, e 17 foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão definidos por este estudo,

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme visto na literatura explanada por esta pesquisa, percebe-se que o ambiente policial possui elementos potencialmente adoecedores, na qual está submetido a ele, pode ser um importante elemento adoecedor. Desse modo, existe ainda a característica de seus mecanismos de trabalho estarem ligados a um regime de vigilância e controle, reforçando o uso da violência como um marcador da postura lógica na atuação profissional, da qual já ocorre desde seu processo de formação (ASSIS,2016).

Deve-se questionar que mecanismos são colocados à disposição destes servidores para prevenção de adoecimento mental, já compreendendo a gravidade que o adoecimento deste indivíduo gera para o meio social que o cerca. Ainda refletindo sobre esta temática, compreendendo a atenção necessária a essa problemática é necessário justamente mostrar o policial não só como algoz, mas também como alguém em sofrimento psíquico (ESCÓSSIA, FERNANDA. 2016).

Posto isto, podemos mencionar algumas doenças mentais que assolam estes servidores, tais como depressão, transtorno bipolar, transtornos mentais relacionados ao uso de álcool e outras drogas, transtorno de personalidade, nas quais são apontadas como uma das causas de suicídio em meio policial. Deste modo, podemos também mencionar alguns fatores sociais, tais como o isolamento social, estarem constantemente inseridos em eventos estressantes, violência doméstica, conflitos familiares, divórcio e descontrole financeiro.

Estes fatores foram elencados partindo do histórico de policiais que deram fim à própria vida, como mostra a especialista no tema Miranda (2012). Contudo, vale salientar que não é possível prever, com certeza, quem irá cometer suicídio, entretanto é possível avaliar o risco que cada indivíduo apresenta, com base nestas características apresentadas. Expostos estes aspectos, não é difícil compreender as razões pelas quais a frequência nos afastamentos para tratamento psicológico tem crescido entre policiais militares (LIMA; BLANK; MENEGON, 2015).

Muito embora haja escassez na oferta de tratamento de saúde mental, a procura pelo serviço tem aumentado. De acordo com Miranda (2016), a ampliação dos serviços especializados em atendimento à saúde mental, precisam ser colocadas como uma ação prioritária, tendo em vista que o não tratamento de maneira adequada das doenças mentais, pode resultar em suicídio. A autora ainda evidencia que a base dos problemas deste grupo de profissionais está intimamente ligada ao modelo de gestão do contexto militar, bem como a compreensão do suicídio como sendo um tabu, evitado nas conversas e trabalhos dentro

do seio corporativo.

Buscando compreender o tema do suicídio e suas inúmeras facetas, o sociólogo Durkheim (2004) propõe que o suicídio, pode ser estruturado por uma quebra nas relações grupais do sujeito, fazendo deste, um forte declínio, para a percepção da vida, conforme as lentes do egoísmo.

“O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade religiosa. O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade doméstica. O suicídio varia na razão inversa do grau de 24 integração da sociedade política (...). Chegamos, portanto, à seguinte conclusão geral: o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte. (...).

O pertencimento do sujeito a um grupo, pode resultar na diminuição de suas paixões pessoais, este age como um condicionante social o levando a agir em prol de ações coletivas, diminuindo desta forma, riscos pessoais sobre estes, que pensará um pouco mais sobre suas ações e conduta. Com o afastamento de grupos sociais, o indivíduo enfraquece o senso de coletividade, agindo em razão de satisfazer seus desejos pessoais, e quando este sente a frustração desta não realização, fica mais suscetível ao ato suicida.

Entendendo que em sua maioria, os agentes se veem em isolamento da sociedade civil, não encontrando acolhimento dentro do grupo corporativo a que pertencem, a teoria de Durkheim (2004) apresenta lógica para a incidência de suicídios destes servidores. O isolamento e a sensação de solidão estão presentes no discurso de muitos militares, isso porque seu trabalho exige discricção e não podem expor para suas famílias suas dinâmicas diárias exatamente, para promover segurança dos mesmos. Miranda (2016) cita ainda as situações de humilhação que esses agentes passam em suas carreiras, nas quais também são internalizadas por medo de represálias.

O estigma gerado da relação das doenças mentais, com um sujeito que precisa estar em perfeitas condições físicas e mentais, atrapalham a busca por ajuda e a efetividade em ações que promovam a saúde destes homens, que em sua maioria, segundo Rangel (2015), gostam de seus afazeres laborais, porém, incide sobre eles, um enorme sentimento de heroísmo, produzido pelo entendimento cultural sobre a figura policial, que dificulta sua percepção de papéis distintos na sociedade.

O estigma gerado por essa percepção social do policial, de ser um homem forte, impedindo de “produzir” fraqueza, tem contribuído de forma significativa, para que estes, não busquem ajuda profissional, e que menosprezem os serviços ofertados, e estigmatizando pejorativamente, quem busca ajuda. Goffman (2013:16) expõe que “o indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre sua identidade que nós temos”, resumindo, o próprio estigmatizado passa agir em conformidade ao rótulo atribuído a ele, em virtude de ser convencido a acreditar nisso, logo se instala nas corporações um preconceito sobre buscar ajuda e ser taxado de louco ou fraco.

No caso de profissões da qual o porte de arma faz parte de sua dinâmica laboral,

o alerta precisa ser maior, conforme Costa *et al.*, (2007), as profissões que se utilizam de arma de fogo, já devem ser consideradas de altíssimo risco à vida (LOPES; LEITE, 2015). Uma polícia adoecida é sem dúvida um risco para si mesma e para a população a quem se destina proteger. Mesmo que o estado lhe forneça ferramentas e lhe conceda autorização, a marca da violência praticada é deixada não somente na vítima, que recebe a ação, mas cicatriza na alma do praticante.

Entender as lacunas geradas no eixo de ligação destes homens é muito importante para percebermos quais comportamentos resultam delas e como viabilizar novas performances para eles. Um caminho apontado para a diminuição destas mortes segundo Rangel (2015) é a criação de políticas públicas que priorizem o cuidado da saúde mental destes agentes e o desentranhamento das medidas já disponíveis. Psicoeducação surge aqui como uma luz, em meio às trevas do medo de falar sobre o suicídio policial.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender os principais fatores de risco para o adoecimento mental de policiais militares, considerando seu contexto de trabalho como um propulsor de grande potencial para isso, como também estabelecer métricas de possibilidades de atuação dentro e fora das corporações militares no que diz respeito à prevenção de adoecimentos mentais. Buscando chamar a atenção do corpo social para desenvolver uma relação mais amistosa com a corporação militar, a imagem do policial precisa ser remontada para a sociedade, pois, é deste lugar que surgem estes homens e mulheres que chegam sadios a corporação e adoecem dada a vivência diária com os enredos da profissão.

O homem herói que carrega sob seus ombros a responsabilidade de manter em segurança à população e ao mesmo tempo leva no corpo as marcas do isolamento e rejeição populacional, que atrelam sua presença a ações truculentas, precisa de colo e acalento da sociedade civil e do estado de quem recebe ordens. Policiais que lutam muitas vezes sozinhos contra um sistema engenhoso e carregado de entraves burocráticos, precisam de amparo emocional e físico, seus corpos mutilados pelo cansaço e medo do imprevisível, pede socorro e convoca a psicologia para fazer parte do grupo de profissionais de cuidados biopsicossociais de forma direta e efetiva. Para tal é preciso conhecer o problema e mergulhar no campo territorializando os manejos para essa realidade.

Este trabalho visa não somente compreender os aspectos que ferem a vida destes sujeitos, mas como também convocar a academia a se debruçar sobre o tema para que assim sejam geradas ações de melhoria no combate a esta problemática aqui apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Elisa Junger Ferreira. **Hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: Uma Análise Crítica de seus Impactos na Saúde.** In: Arca: Repositório

Institucional da Fiocruz. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 99. 2019. Disponível em < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34188?locale=es>>. Acesso em 8 abr. 2021.

ASSIS, P.M. **Cidade da polícia ou polícia da cidade? A chefatura de polícia e os imperativos da segurança pública individual na província do Ceará.** Fortaleza, 2016. 255p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UECE-0_55b7612313aa06c823cee929e7b256db>. Acesso em 8 abr. 2022.

COSTA, Marcos et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 21, p. 217-222, 2007.

DURKHEIM, É. **O suicídio.** São Paulo: Martins Fontes, 2004

ESCÓSSIA, Fernanda. Por que os policiais se matam: pesquisa traz números e relatos de suicídios de PMs. BBC NEWS. 2016. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160322_policiais_suicidios_fe_if> Acesso em: 12 abr. 2021.

HOLANDA, João Xavier. **Polícia Militar do Ceará: origem, memória e projeção.** Imp. Oficial do Ceará, 1987.

DEMOGRÁFICO, Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE Censo: Rio de Janeiro. 1970. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes 2013.

LIMA, F. P.; BLANK, V. L.G.; MENEGON, F. A. **Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Policiais Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde.** *Psicol. cienc. prof Brasília*, v. 35, n. 3, p. 824-840, Sept. 2015. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002242013>.

LOPES, E. M. C.; LEITE, L. P. **Deficiência adquirida no trabalho em policiais militares:** significados e sentidos. *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.27, n.3, p.668-677, 2015. Disponível em :[http://dx.doi.org/10.1590/1807-](http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p668)

[03102015v27n3p668](http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p668).

MIRANDA, D. **Risco Ocupacional: a condição do policial militar do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, CNPQ: 2012.

MIRANDA, D. **Porque os policiais se matam,** Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. – 1. ed. Rio de

Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública. Série Polícia e Sociedade**, n. 10. São Paulo: EDUSP, 2003.

NOGUEIRA, G. E. G. **Análise de tentativas de auto-extermínio entre policiais militares: um estudo em Saúde Mental e Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005

RANGEL, Rebeca Moreira. **Comando Tático Rural: Entre o trabalho prescrito e o real na busca de ser - Uma luz no fim do túnel para as comunidades do interior do estado** 2015. (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Estadual do Ceará. Disponível <<https://docplayer.com.br/14512548-Comando-tatico-rural-entre-o-trabalho-prescrito-e-o-real-na-busca-de-ser-uma-luz-no-fim-do-tunel-para-as-comunidades-do-interior-do-estado.html>>. Acesso em: 3 out. 2021.

SANTOS, W. S. **Explicando comportamentos socialmente desviantes: Uma análise do compromisso convencional e afiliação social**. 2008. 289 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19134/1/2008_tese_wssantos.pdf> Acesso em: 21 nov. 2021.

THADEU, S. H.; FERREIRA, M. C. FAIAD, C. **A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública**. Avaliação psicológica, v.11, n.2, p.229-238, 2012.